

PREFEITURA DE  
**BALSAS**

Continua a construção da cidade que queremos

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Processo Administrativo: 35552/2024**

**Requerente:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto

**Assunto:** Parecer jurídico acerca da legalidade de Dispensa de Licitação para Aquisição de Rotores a serem adquiridos para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

**PARECER JURÍDICO RESTRITO A LEGALIDADE DA DISPENSA**

**EXAME DA POSSIBILIDADE LEGAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA. PARA AQUISIÇÃO DE ROTORES A SEREM ADQUIRIDOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, DECRETO MUNICIPAL 011/2024 E (ART. 75, INCISOS II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021). AUSÊNCIA DE COMPLEXIDADE, VALORES INFERIORES A R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), COMPRAS.**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de análise jurídica (consulta) requerida pela Serviço Autônomo de Água e Esgoto, através do despacho da Secretaria Municipal Permanente de Licitações e Contratos sobre a possibilidade/legalidade de contratação direta, por meio de DISPENSA de licitação, Contratação de empresa para Aquisição de rotores a serem adquiridos para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, à luz da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e Decreto Municipal n. 011/2024.

Ressalta-se que o exame da matéria posta em debate restringe-se aos seus aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos da análise qualquer questão técnica ou econômica, notadamente quanto à conveniência e oportunidade inerentes a qualquer acordo/ajuste, devendo a autoridade competente se municiar de todas as cautelas para que os atos do processo sejam prestados apenas por quem de direito.

**É o breve relatório.**

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

PREFEITURA DE  
**BALSAS**

Continua a construção da cidade que queremos

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**2.1. Da caracterização da hipótese de contratação direta por Dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021**

A Constituição Federal, consoante princípios e normas estabelecidas pelo art. 37, *caput*, e inciso XXI, estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo licitatório. Assim, depreende-se que no ordenamento jurídico pátrio a regra é a licitação. Entretanto, em casos determinados, a legislação admite a contratação direta sem submissão ao processo licitatório (art. 37, XXI da CF/88):

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva concretização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que se permitem exceções à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração. Tais exceções encontram-se previstas atualmente nos arts. 74 e 75 da Lei n. 14.133/2021, que tratam, respectivamente, de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

PREFEITURA DE  
**BALSAS**

Continua a construção da cidade que queremos

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A leitura dos dispositivos constitucionais e legais sobre o tema permite concluir que a validade da contratação direta está igualmente condicionada à observância dos princípios fundamentais norteadores da licitação – legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e julgamento objetivo.

Especificamente acerca das hipóteses de inexigibilidade e dispensa, a contratação direta será possível quando houver inviabilidade de competição, que decorre da falta de um pressuposto lógico da licitação: a própria concorrência. Ou seja, não se mostra razoável exigir da Administração Pública a realização de um procedimento licitatório se desde já é sabido a quem será direcionada a contratação.

Nos dizeres de Lucas Rocha Furtado:

“Sabe-se que a competição é um dos fundamentos básicos da licitação. Realiza-se está a fim de que se possa obter a proposta que, nos termos da lei, seja considerada mais vantajosa para a Administração. A licitação não pode ser realizada quando não houver competitividade em relação ao objeto licitado”.

No que interessa por ora, objetiva-se a elaboração de Parecer Jurídico que abarque a Dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

(...)

**II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;**

Portanto, não poderá o gestor realizar contratações arbitrárias impondo suas preferências. Assim, assevera-se que para a legalidade da contratação fundada nesta hipótese de contratação direta por dispensa devem ser devidamente observados e preenchidos todos os requisitos e formalidades legais.



# PREFEITURA DE BALSAS

Continua a construção da cidade que queremos

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Imperioso também que a contratação não extrapole os valores de mercado.

Sobre a justificativa do preço (pesquisa de preços), para esse tipo de contratação, cite-se o que dispõe o art. 23 da Lei n. 14.133/2021 no tocante às contratações diretas por inexigibilidade e dispensa de licitação:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Portanto, a justificativa do preço, é efetivada através da juntada no processo interno, que precede a contratação, de no mínimo 03 cotações, sendo que uma delas deverá ser oficial, demonstrando que os valores contratados estão dentro dos parâmetros do mercado. Caso o departamento de compras não consiga realizar nenhuma cotação por meio oficial, deverá justificar e comprovar a impossibilidade, de acordo com art. 2º, parágrafo único do Decreto municipal n. 25/2017. No caso em apreço foram realizadas cotações de preços com fornecedores e oficialmente.

### 2.2. Dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária

PREFEITURA DE  
**BALSAS**

C ntinua a constru o da cidade que queremos

**PROCURADORIA GERAL DO MUNIC PIO**

O art. 72, inciso V, da Lei Federal n  14.133/2021 estabelece a necessidade de **comprova o de que o contratado preenche os requisitos de habilita o e qualifica o m nima.**

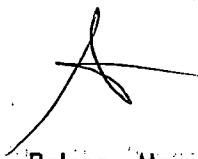
Dessa forma, devem ser observadas as disposi es dos artigos 62 e 66 a 70 da Lei Federal n  14.133/2021, que tratam da documenta o exigida para a habilita o da empresa.

A **habilita o jur dica**, prevista no art. 66 da Lei 14.133/21, deve se limitar   comprova o de exist ncia jur dica da pessoa e, quando cab vel, de autoriza o para o exerc cio da atividade a ser contratada.

O artigo 68 da Lei 14.133/21 se encarrega de elencar os requisitos sujeitos   verifica o para comprova o das habilita es fiscal, social e trabalhista: (i) a inscri o no Cadastro de Pessoas F sicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jur dica (CNPJ); (ii) inscri o no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domic lio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compat vel com o objeto contratual; (iii) regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domic lio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; (iv) regularidade relativa   Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (em conformidade com o art. 2 , da Lei Federal n. 9.012/1995 e art. 195,  3 , da CF); (v) regularidade perante a Justi a do Trabalho; (vi) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 70 da Constitui o Federal (proibi o de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condi o de aprendiz;), que dever  ser atestado mediante declara o.

Acerca dos requisitos de habilita o (inciso V), parece n o haver maiores dificuldades. S o aqueles exigidos de todo aquele que opta por participar de uma licita o/contrata o p blica e que se encontram previstos nos arts. 62 e ss. da Lei n  14.133/2021 e encontram-se juntados ao processo em quest o.

**2.3. Do Estudo T cnico Preliminar (ETP)**

  
Pra a Prof. Joca R go, 121 - Centro - Balsas - Maranh o - 65.800-000  
C.N.P.J. 06.441.430/0001-25 \*\*\*\*\* (99) 3541-2197  
[prefeituradebalsas@gmail.com](mailto:prefeituradebalsas@gmail.com)

PREFEITURA DE  
**BALSAS**

Continúa a construção da cidade que queremos

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

°Na contratação direta com fundamento no Decreto 011/2024, Art. 3º, §1º e art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a elaboração do ETP é facultativa em exigindo-se, no entanto, que seja apresentada pelo ente demandante a justificativa no documento de formalização da demanda.

No caso presente, vislumbramos que fora optado pela não elaboração do ETP, tendo este, sido devidamente justificado no Termo de Referência.

**3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria interessada, bem como a natureza do objeto a ser contratado pela via direta, e o atendimento ao que dispõe a legislação que rege a matéria, opina-se pela viabilidade jurídica da Dispensa da licitação pretendida, com fulcro no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**Ressalte-se que o presente parecer restringe-se aos aspectos legais do procedimento, ausente juízos de valor referentes aos aspectos econômico e técnico, nem da oportunidade e conveniência da decisão adotada.**

**É o parecer que submeto á consideração superior.**

Balsas - MA, 15 de julho de 2024.



**ANA MARIA CABRAL BERNARDES**  
**SUBPROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**OAB/MA nº 17.791**